



REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES E SUA EVOLUÇÃO: O CASO DE MARINGÁ - PR¹

CASTELETTO, Hugo Santana²

Resumo

Estudos sobre as redes geográficas e como as regiões de influência de determinadas cidades se configuram, vem nos mostrando nos últimos anos uma complexidade cada vez maior no que tange a variabilidade dessas redes. Com o intuito de demonstrar como funcionam e como surgiram às regiões de influência de cidades e no caso da presente pesquisa a rede de influência de Maringá-PR, o presente artigo procura através dos estudos do IBGE (REGIC) compreender quais as principais modificações que ocorreram nas regiões de influência das cidades brasileiras entre o ano de 1993 e 2007, apontando como se configurava e como se configura a atual região de influência de Maringá. Para a conclusão do trabalho foi apontado as principais diferenças metodológicas que modificaram o projeto e seu resultado desde 1993 até o ano de 2007. Foi concluído, que devido às modificações ocorridas na forma de se aplicar a metodologia e principalmente pelo aumento de variáveis de estudo, as áreas consideradas de maior importância na hierarquia estabelecida pelo instituto aumentaram como um todo. Já na região de Maringá foi observado um aumento na região de influência, tendo uma maior concentração na porção oeste, atravessando as fronteiras do Estado do Paraná, adentrando o Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavra-chave: Regiões de Influência; Redes Geográficas; Norte Paranaense.

Abstract

Studies on the geographical networks and how the regions of influence of some cities are configured, has shown us in recent years a growing complexity regarding the variability of these networks. With intention to demonstrate how they work and how they came to the regions of influence of cities and in the case of this research the influence network of Maringá-PR, this article seeks through the study of the IBGE (REGIC) understand what the main changes that occurred in the regions of influence of Brazilian cities between 1993 and 2007, pointing as configured and how it sets the current region of influence of Maringa. For completion of the article has been shown major methodological differences that modified the project and its results from 1993 to the year 2007. It was concluded that due to changes occurring in the way we apply the methodology and especially the increase of study variables, the areas considered most important in the hierarchy established by the institute as a whole increased. In the region of Maringá was an increase in the area of influence, with a higher concentration in the

¹ EIXO TEMÁTICO: Rede Urbana

² Mestrando, Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE-UEM), hugo_casteletto@hotmail.com



western portion, crossing the borders of the State of Paraná, entering the state of Mato Grosso do Sul

Keyword: Regions of Influence; Geographic Networks; North Paranaense.

1. INTRODUÇÃO

Ao tratarmos de redes geográficas e, por conseguinte, de regiões de influência, devemos ao começo de tudo lembrar as teorias que nos levam a compreensão deste fenômeno que interfere não apenas nas cidades cujo partem essa influência, mas também as cidades que são influenciadas por determinadas dinâmicas.

A teoria considerada neste trabalho para a compreensão desse fenômeno, é a teoria criada por Walter Christaller no ano de 1933, denominada Teoria das Localidades Centrais. A teoria, segundo Correa (1987), “trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços” (Correa, 1987, pg. 61), ou seja, o estudo sobre as localidades centrais refere-se ao conjunto de bens e serviços que determinada região economicamente ativa possui, e como esse conjunto se traduz no espaço através de uma hierarquia, onde uma cidade se torna mais importante que outra devido ao número de bens e serviços que uma oferece a outra.

Para compreender melhor, vemos que alguns tipos de serviços (tais como banca de jornais, médico, padaria, etc.) são praticamente encontrados em todas as cidades do Brasil. Contudo alguns serviços como médico especializado, shoppings, variedade de bares, entre outros, serão encontrados apenas em algumas cidades, fazendo com que cidades menores em seu entorno, tenham que se locomover para estas cidades em busca de algo que não é encontrado em sua cidade, criando assim uma determinada centralidade para a cidade que oferece esses tipos de produtos mais modernos. Assim, segundo Christaller (1933) cria-se então o primeiro fator para se compreender a teoria das localidades centrais: o mercado.

Ainda segundo Christaller (1933) essa locomoção de determinada cidade para outra cidade, em busca de bens e serviços menos encontrados, cria um outro fator que se deve compreender para se ter noção de como surge a localidade central, a acessibilidade de determinada região. Em suma isto se traduz no Brasil, na rede de rodovias, ferrovia e



aerovias onde se consegue chegar com facilidade nas maiores cidades do país, devido ao maior número de acessos que cidades de grande porte possuem.

Assim, segundo Correa (1988) existem alguns pontos fundamentais que ajudam a compreender esta teoria.

1.a função básica de uma cidade é de ser uma localidade central, que abastece de bens e serviços uma área circundante; 2. A centralidade de uma cidade é uma medida sumária de seu equipamento de distribuição de bens e serviços; 3 as localidades de ordem mais elevada oferecem mais bens, tem maiores empresas e tipos de atividades, uma população maior e maiores áreas e ocupação tributárias, possuem um maior volume de negócios e estão mais distantes uma das outras; 4 as localidades de alcance inferior fornecem bens e serviços de grau inferior, que derivam das demandas frequentes e portanto requerem pequenos investimentos da parte dos consumidores, da mesma maneira os centros de maior grau possuem esses bens e serviços localizados nos centros maiores e superior a área dos mesmo serviços, quando localizadas em centros de baixa categoria; 5. Os centros de cada ordem superior cumprem todas as funções dos centro de ordem inferior e mais um grupo de funções centrais que os põe por sobre as localidades de ordem inferior, daí resulta uma rede de áreas comerciais de ordem inferior entre as áreas comerciais dos centro superiores; 6. A hierarquia urbana pode estar organizada segundo o princípio de mercado, mas podem haver alguns desvios explicados pela circulação ou pela administração. (CORREA, 1988, p.61).

Contudo ainda segundo Correa, a realidade onde foi estudada e criada essa teoria era uma realidade em que países subdesenvolvidos não se enquadram. Assim é necessário um estudo um pouco mais detalhado das localidades centrais nos países subdesenvolvidos, primeiramente através do processo histórico em que se constituiu essa rede, e, por conseguinte os estudos específicos em que se insere determinada realidade.

No Brasil, Correa (1988) lembra que as grandes metrópoles se localizam geralmente na periferia de suas regiões de influência, tanto no caso das metrópoles litorâneas como na metrópole do interior. No caso das metrópoles litorâneas vemos que sua localização está relacionada com o processo de colonização do Brasil, onde se instalaram os grandes portos para exportação de produtos nas regiões de litoral. No caso das metrópoles do interior, Correa (1988) lembra que “essa distorção na sua localização se deve ao fato de ter havido uma expansão de povoamento em sua região de influência,



ficando a metrópole como que a retaguarda de sua região de influência, como são os casos de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo” (CORREA,1988).

Devido então ao tamanho do país e principalmente seu processo de ocupação, Correa (1988) compreende que “essa distorção na localização das metrópoles brasileiras, localizadas sempre nos setores regionais mais densamente povoados, faz com que os setores mais afastados de suas regiões tenham dificuldade de acesso as respectivas metrópoles” Correa (1988) o que culmina por gerar alguns setores regionais com expressiva importância, capaz de “atender a algumas necessidades menos frequentes desse mercado consumidor” Correa (1988) como é o caso da cidade de Maringá-PR que se localiza no norte do Estado e possui uma região de influência bem definida e uma distribuição de bens e consumos de maior modernidade.

Para compreendermos como surgiu Maringá e como se tornou de grande importância para sua região, a seguir trataremos um pouco sobre a ocupação dessa região e como surgiu essa cidade com o intuito de compreender melhor essa região de influência.

2. LOCALIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE MARINGÁ-PR E REGIÃO

Maringá-PR localiza-se no centro-norte do Estado do Paraná, na latitude 23°25'00” S e na longitude 51°25'00” W fazendo limites com os seguintes municípios: Ângulo, Astorga, Iguaraçu, Floresta, Marialva, Sarandi, Paiçandu e Mandaguaçu.

Com o plano de ocupação da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná (CMNP) surge na região de Maringá uma grande aclamação pela vinda de produtores de café do estado de São Paulo, para que produzissem na região com promessa de facilidade no escoamento, vias planejadas, terras férteis, lotes baratos, facilidade no fornecimento de insumos e conseqüentemente empregos. Assim, o povoamento da região começa por volta de 1938 e já próximos aos primeiros anos da década de 1940 começaram a surgir às primeiras edificações urbanas.

Passado os anos, e com uma malha urbana de certa forma já configurada, Maringá é fundada em 10 de maio de 1947 como um Distrito chamado Mandaguari.



Somente em 1951 com a Lei nº 790 de 14/11/1951 é que Maringá foi elevada ao patamar de Município.

A proposta elaborada pela CMNP para a região de Maringá era de fato que ela se tornasse um pólo regional, com o intuito de comercializar bens e serviços que pudessem atender as necessidades das famílias que migravam não apenas para o município, mas também para a região em busca de novas oportunidades. De certa forma isso ocorreu de maneira rápida, pois dados do primeiro censo demográfico que o município participou (em 1950, três anos após suas fundação) Maringá já tinha 38.588 habitantes segundo o Plano de Assistência Social (2009), considerando que cerca de 80% vivia na zona rural e cerca de 20% (cerca de 7.000 habitantes) formavam a zona urbana.

Esse crescimento acelerado da população está diretamente relacionada com a expansão da fronteira agrícola através da venda de pequenos lotes na região, onde pequenos produtores puderam se instalar e ter condições de produção, devido ao fornecimento de bens e serviços que Maringá ofertava.

Com o passar dos anos, e com praticamente a extinção do café na região é que a cidade de Maringá começa a perder população para outras regiões do país e principalmente começa uma expansão da área urbana da cidade. Assim temos na tabela 1 e a figura 1 que demonstram a evolução da população urbana.

Tabela 1 - Evolução da população urbana e rural de Maringá

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Urb. % (Pop. Urb/Pop.)
1950	38.588	7.270	31.318	18,84
1960	104.131	47.592	56.539	45,70
1970	121.374	100.100	21.274	82,47
1980	168.239	160.689	7.550	95,51
1990	240.292	234.079	6.213	97,41
2000	288.653	283.978	4.675	98,38
2010	357.077	350.653	6.424	98,20

FONTE: IBGE e Plano Local Habitacional de Interesse Social de Maringá.

Evolução da População de Maringá - PR

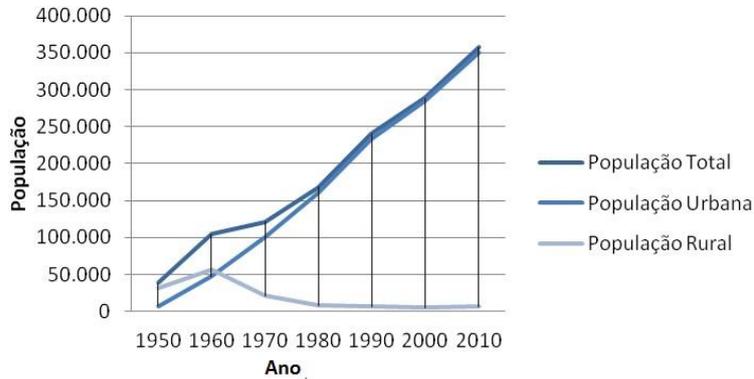


Figura 1 - Evolução da população de Maringá – PR

FONTES: IBGE e Plano Local Habitacional de Interesse Social de Maringá.

Com a evolução de sua rede urbana, no que consiste em geração de renda, consumo de bens e serviços (mercado) e aumento da malha viária, proporcionando uma acessibilidade rápida e fácil a muitos dos municípios que estão em seu entorno, surge em 1987 o primeiro passo para que fosse criada a atual Região Metropolitana de Maringá (RMM). Neste ano foi criado o Metroplan (PHIS Maringá-PR), com o objetivo de desenvolver a região, envolvendo as cidades de Sarandi, Paiçandu e Marialva.

Contudo foi em 1998 através da Lei nº 83/98, que foi criada a primeira formatação da RMM, compondo oito municípios. Com a observada força que a cidade de Maringá possuía, em relação ao poder de atração de renda das demais cidades em seu entorno, em 2002 com a Lei nº 13.565, foi acrescido o município de Floresta, e depois de três anos com a Lei Complementar nº 110/2005 com o acréscimo de mais quatro municípios (Astorga, Dr. Camargo, Itambé e Ivatuba).

Finalmente foi com a Lei Complementar Estadual nº 127/2010 que se criou a atual configuração da região de Maringá-PR incluindo mais doze municípios, tamanha era à força de atração do município de Maringá-PR frente aos demais municípios, onde se busca uma maior variedade de bens e consumos. Assim, formam a RMM os municípios de: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Florida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Melo, Florai, Atalai, São Jorge do Ivai e Ourizona, como mostra a figura 2.

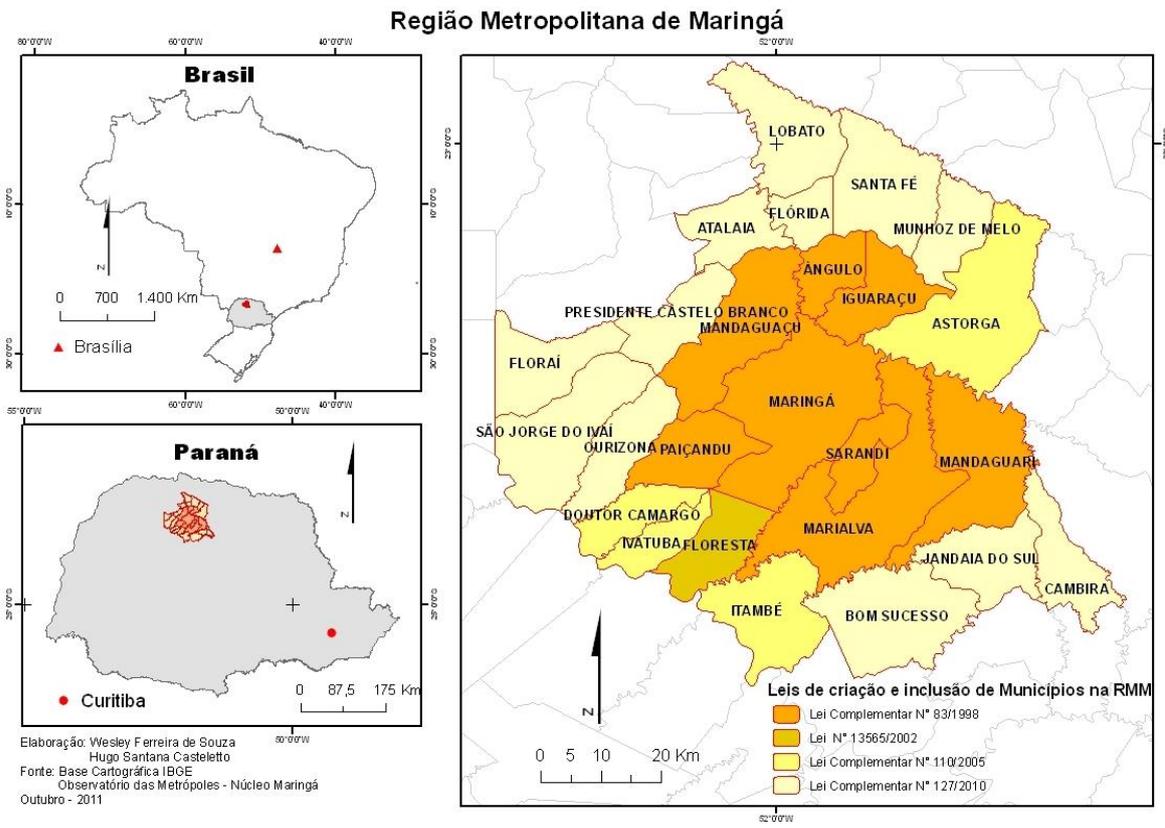


Figura 2 - Região metropolitana de Maringá e as leis que a institucionalizaram

O município de Maringá-PR se torna de grande importância para a região devido ao nível a sua absorção de capital da região, se torna pólo atrativo de população, capital, investimento, devido a sua economia que se sobressai as demais cidades, dado sua importância desde os tempos de distrito, até se tornar um município que abrange hoje uma região metropolitana. Vemos durante os anos a evolução da população da região desde o ano 2000, observando que todas as cidades se mantém aumentando o número de sua população, devido também à atração exercida pela região, no que consiste a oportunidades.

A seguir apresentaremos no que consiste o Projeto REGIC, e como sua metodologia se modificou desde seu primeiro ano, e conseqüentemente a região de influência de Maringá, atentando também as mudanças ocorridas na região que Maringá influência.



3. O PROJETO REGIC (REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES)

O Projeto REGIC (Regiões de Influência das Cidades), é elaborado desde o ano de 1966 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e visa principalmente construir um quadro nacional, que aponte as modificações registradas na rede urbana brasileira, a partir de um estudo de cidade que se tornam polarizadoras de população e capital.

O projeto, está em sua 5ª edição, lançada no ano de 2007 busca principalmente ver “como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado” (SANTOS, 1999, p. 60) e desta forma subsidiar o planejamento das atividades econômicas de produção, além de identificar algumas relações sociais e espaciais que provém de uma dada região.

Importante lembrar que, desde sua primeira edição (1966) o projeto vem sofrendo alteração, no que consiste a metodologia empregada e consequentemente de resultados, o que nos mostra o quanto a rede urbana brasileira é dinâmica.

Assim temos o Projeto REGIC de 1966, 1972, 1978, 1993 e o atual projeto de 2007, o que nos faz observar uma grande modificação quanto à rede urbana brasileira e principalmente como foi repensada a Teoria das Localidades Centrais, elaborada por Walter Christaller em 1933, buscando cada vez mais, a sistematização de variáveis de primeira e segunda ordem, tornando de certa forma o trabalho mais próximo do real.

O Projeto REGIC teve seu início em 1966, integrando a elaboração de uma nova divisão regional do Brasil. A metodologia empregada nesta primeira edição, foi a criada pelo francês Michel Rochefort (ROCHEFORT 1961, 1965; ROCHEFORT; HAUTREUX, 1963) onde o mesmo faz uma análise da rede urbana francesa, buscando identificar os centros polarizadores da rede urbana através da dimensão e fluxo de pessoas atravesem busca de bens e serviços de forma complementar. O trabalho do IBGE consistiu na aplicação de questionários em todos os municípios com mais de 10.000 habitantes, no intuito de identificar, de onde e para onde, a população de determinado município busca determinados bens e serviços pré-estabelecidos pelo Instituto. Esses



bens e serviços consistiam em 135 itens agrupados em capítulos, desde atividade agrícola, pecuária, atividade comercial, saúde, educação, entre outros.

Em 1972, o Projeto REGIC sofre alguns desdobramentos, no que consiste a hierarquização dos níveis de centros urbanos. Seguindo a linha teórica elaborada pelo francês Michel Rochefort, o estudo procurou estabelecer quatro níveis de centros urbanos, que por sua vez apresentavam subdivisões, são eles: grande metrópole nacional; metrópole nacional; centros metropolitanos regionais; centros macrorregionais.

Foi então em 1978 que pela primeira vez este estudo foi publicado como Regiões de Influência das Cidades (REGIC), onde trouxe como base conceitual a Teoria das Localidades Centrais. Esta teoria é elaborada pelo alemão Walter Christaller no ano de 1966 e segundo o autor a demanda por bens e serviços acarreta padrões de localização diferenciados. Para este estudo do IBGE especificamente foram pesquisadas 1.416 municípios que dispunham de atividades capazes de exercer centralidade. O questionário aplicado investigava principalmente como que:

Para bens e serviços de baixa complexidade, o município de procedência das pessoas que procuram cada uma das cidades pesquisadas; e para bens e serviços de média e elevada complexidade, a que cidades os moradores das cidades pesquisadas usualmente recorrem (Regiões de Influência das Cidades, 2007, p. 129).

Seguindo a linha de teoria de Christaller, o REGIC elaborado no ano de 1993 nada mais é que uma continuação dos resultados obtidos no projeto de 1978 e posteriormente rearranjados no ano de 1987. Como já foi dito, a teoria de Christaller:

Trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços (CORREA, 1987, p. 61).

Assim neste contexto, foram definidas 46 funções consideradas centrais e que poderiam gerar concentração de fluxo. Das 46 funções definidas 14 eram consideradas de baixa complexidade e 30 de alta complexidade, todas elas extraídas do censo de

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

comércio realizado no ano de 1985. Ainda restam 2 funções que eram referentes a origem de jornais e rádios, contudo essas 2 funções não serviram para integrarem o conjunto de funções centrais e sim para servir de subsídio para futuros desdobramentos do Projeto REGIC. A tabela 2 mostra os bens e serviços de baixa e alta complexidade selecionados para compor o questionário.

Tabela 2 - Bens e serviços de baixa, média e alta complexidade propostos pelo IBGE

Bens e Serviços de Baixa Complexidade	Bens e Serviços de Media e Elevada Complexidade
1 – Produtos para Agricultura e Pecuária	1 – Tratores, Arados Mecânicos e seus Acessórios
2 – Ferragens e Louças em geral	2 – Caminhões Novos
3 – Aparelhos Eletrodomésticos em Geral	3 – Aviões de Pequeno Porte
4 – Filmes Fotográficos e Serviços de Revelação	4 – Motores e Bombas Hidráulicas em Geral
5 – Moveis e Estofados	5 – Serviços Autorizados de Eletrodomésticos
6 – Automóveis Novos	6 – Persianas, Cortinas e Tapetes
7 – Óculos com Receita Medica	7 – Prataria, cristais e Objetos de Decoração
8 – Hospital Geral (público ou particular)	8 – Artigos Importados
10 – Cirurgições Dentistas	9 – Instrumentos Musicais
11 – Agencias Bancarias	10 – Moveis para escritório
12 – Serviços Gráficos	11 – Máquinas de Escrever
13 – Serviços de Contabilidade	12 – Computadores, Microcomputadores
14 – Serviços de Advocacia	13 – Medico Pediatra
	14 – Medico Oftalmologista
	15 – Medico Cardiologista
	16 – Medico Oncologista/Nefrologista
	17 – Cirurgias Especializadas
	18 – Serviços Especializados de Saúde
	19 – Instrumentos Médico-Cirúrgico
	20 – Serviço de Ortodontia
	21 – Material e Equipamentos para Dentistas
	22 – Oxigênio para Hospitais
	23 – Instrumentos Óticos de Precisão
	24 – Agencias de turismo
	25 – Escritórios e Agencias de Publicidade
	26 – Serviços de engenharia
	27 – Escritórios de consultoria e Planejamento
	28 – Cursos de Nível Superior
	29 – Cursos de Pós-Graduação
	30 – Livros Técnicos e/ou Importados

FONTE: Projeto REGIC de 1993.

Assim foram selecionados 2.106 municípios de um universo de 4.495, a partir de critérios que levavam em conta desde a população do município (todos os municípios com mais de 20.000 habitantes) e que apresentassem ao menos três características que representavam uma centralidade mínima, são esses critérios: ser sede de comarca; contar com agência bancária; dispor de médico na cidade; dispor de uma emissora rádio



AM. No que se refere às cidades de maior porte, onde houvesse mais de uma sede do IBGE, as mesmas foram excluídas da pesquisa, uma vez que todas as sedes eram responsáveis pelo preenchimento de apenas um questionário, com as informações referentes a destino da população do município em busca de bens e serviços e a procedência da população que vai até o município em busca de bens e serviços.

Desta forma, nove cidades foram isentas da pesquisa, onde quem produziria informações a respeito dela, seriam as cidades que buscam bens e serviços nas cidades de grande porte, são elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília.

No que se refere à aplicação da metodologia do projeto, o mesmo partia do pressuposto de que o questionário poderia responder as diversas dúvidas sobre as regiões de influência de determinados municípios, no que consistem as 46 funções mostradas na tabela 2. Assim tínhamos então duas perguntas básicas a se fazer: de onde vêm as pessoas que compram neste município (no que se refere as 46 funções centrais) e para onde as pessoas deste município buscam determinados tipo de serviços (também dentre as 46 funções centrais já estabelecidas).

Foram então criadas quatro matrizes que deram base para a construção de uma rede de lugares centrais, obtendo níveis de hierarquia através da intensidade do fluxo ou da demanda, extensão ou alcance espacial e a disponibilidade de equipamentos funcionais. Em relação à intensidade do fluxo ou demanda, foram somados os dados dos questionários referentes a serviços de baixa complexidade e alta complexidade (esta multiplicado por 2, devido ao fato de serem serviços mais raros), obtendo assim a intensidade polarizadora de cada município. Em relação ao alcance espacial o que se buscava obter era o número total de municípios que procuravam um determinado município em busca de bens e serviços não encontrados em determinados locais, assim quanto mais “citado” o município, mais o alcance espacial de sua região de influência. Foram então identificados os seguintes níveis hierárquicos na rede urbana brasileira (Tabela 3).



Tabela 3 - Níveis hierárquicos da rede urbana brasileira no REGIC de 1993

Níveis	Numero de Cidades	Padrões de Cidades
Maximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para Médio	108	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional
Médio para Fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados

FONTE: Projeto REGIC de 1993.

No que consiste a Região de Influência do município de Maringá-PR vemos claramente o quanto o município se torna importante nas atividades de bens e serviços mais complexos no que se refere a sua área de atuação.

Segundo o quadro das interações espaciais do município de Maringá, vemos que a sua intensidade como pólo de atração o coloca em um nível hierárquico próximo ao das metrópoles brasileiras já em 1993, contudo muito distante de se tornar uma delas.

Vemos que o município mantém uma relação de pólo de atração com aproximadamente 78 municípios que se inserem nos chamados Municípios Subordinados com níveis de centralidade com padrão Muito Baixo, segundo a tabela 3. Dentre esses 78 municípios, vemos também que Maringá já em 1993 com apenas 46 anos de fundação, mantinha relações com municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nesta classe de Municípios Subordinados, são eles: Iguatemi, Itaquiraí, Jateí, Juti, Novo Horizonte do Sul, Japorã e Paranhos.

Contudo ainda em 1993 a região ainda se mostrava pouco polarizadora, uma vez que poucos municípios que mantinham relacionamento com Maringá faziam parte de uma escala hierárquica que não a de subordinação. Assim, segundo o Projeto REGIC de 1993, Maringá mantém apenas quatro relacionamentos com cidades consideradas Centro Local (Marialva, Rondon, Ubiratã e Mundo Novo, esta última inserida no Estado de Mato Grosso do Sul), dois relacionamentos com municípios considerados Centro de Zona (Colorado e Guaíra), três municípios com municípios considerados tendenciados a Centros Sub-Regionais (Cianorte, Goioere e Naviraí, este último inserido no Estado de Mato Grosso do Sul) e quatro municípios predominantemente Centro Sub-Regional (Apucarama, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama).



Assim vemos que já em 1993, Maringá já mantinha relações com municípios que considerados de médio porte e até extrapolando os limites estaduais tendo um alcance espacial que chega ao Estado de Mato Grosso do Sul. Desta forma foram identificados 91 municípios com os quais Maringá se mantinha relação no ano de 1993, sendo considerada como uma Região Predominantemente Submetropolitana, estando entre os 24 municípios que atingiram um nível de interação considerado Muito Forte.

De certa forma, a confirmação do município de Maringá como uma região Submetropolitana, acabou por servir de subsídio para a primeira configuração da Região Metropolitana de Maringá, que surgiu no ano de 1998 com oito municípios incluídos. Estes municípios mantinham relação de consumo com Maringá, se reportando a cidade pólo para os mais diversos serviços, desde lazer, até em busca de bens de consumo mais modernos.

Como já vimos, os estudos sobre a hierarquia dos centros urbanos foram retomados na década de 1990, mais precisamente com a metodologia de Walter Christaller aplicada no ano de 1993. Este estudo feito em 1993 focava principalmente o papel das redes para que pudesse viabilizar a circulação de pessoas, produtos e comunicação, ressaltando os diferentes níveis de alcance espacial, intensidade do fluxo e demanda dos bens e serviços.

Como o próprio texto do Projeto REGIC de 2007 ressalta, podemos distinguir nessas quase quatro décadas de projeto, duas grandes linhas de pensamento, no que consiste o conceito e metodologia aplicada para elaboração de matrizes que pudessem identificar os principais centros polarizadores do Brasil:

No primeiro estudo, foram inicialmente definidos e classificados os centros segundo seu equipamento, sendo posteriormente identificadas, com base nos fluxos, suas áreas de influência. Os dois estudos subsequentes, por outro lado, estabelecem a hierarquia dos centros e definem suas áreas de influência em uma única etapa, limitando seu escopo ao dos questionários. (REGIC, 2007, p. 131).

Ainda segundo o estudo, duas questões devem ser levadas em conta, para que a metodologia do projeto esteja sempre condizendo com a realidade brasileira. O estudo ressalta que em 1978 o papel relevante do Estado como promotor da ascensão de



determinadas áreas era fundamental, o que não ocorre no estudo de 1993, onde se apontam a relativa associação entre a hierarquia urbana com a hierarquia de bens e consumo, refletindo uma realidade não tão próxima da que vemos hoje, pelo fato de funções de alto nível passar a serem encontradas em centros de hierarquia baixa.

Para a elaboração do Projeto REGIC de 2007, primeiramente foram repensadas as teorias criadas pelo francês Michel Rochefort e pelo alemão Walter Christaller, e desta forma adaptadas para a realidade brasileira de forma a englobar todas as funções que hoje tornam uma localidade polarizadora.

A metodologia retoma a concepção utilizada no estudo de 1972, estabelecendo inicialmente os centros polarizadores e em seguida delimitando suas áreas de influência. Na versão de 2007, foi dada ênfase aos centros de gestão de território, que considera:

Centro de gestão de território é aquela onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam diretamente ou indiretamente um dado espaço que passa ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995, p. 83).

Foram, portanto, definidas previamente os centros de gestão de território, através de informações secundárias e registros administrativos; foram também observados níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, para que em uma etapa seguinte fossem definidas as ligações existentes entre esses municípios mais centrais e menos centrais.

A metodologia, portanto compreende primeiramente em selecionar os centros de gestão de território, através dos níveis de gestão. Foram então considerados a Gestão Federal, ou seja, os órgãos federais, as instâncias do Poder Executivo e Judiciário e seus mais diversos órgãos que compõe sua estrutura; e também foi considerada a Gestão Empresarial, fazendo uso do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), considerando a distribuição das mais diversas unidades de território, que não a sede dessas empresas, associando esses dados e formando assim o primeiro esboço dos Centros de Gestão de Território.

Além da análise dos dados referentes à Gestão Federal e Empresarial, ainda foram analisados os dados referentes aos equipamentos e serviços oferecidos por cada



localidade central, levando em conta: comércio e serviço, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, rede de televisão aberta, conexões aéreas.

Segundo o estudo, 1.082 centros foram identificados de acordo com os critérios pré-estabelecidos para identificação dos Centros de Gestão de Território. O estudo ressalta que foram classificados seis níveis de hierarquia, segundo a Gestão Federal e Gestão Empresarial, sendo que no final apenas 711 municípios do total de 1.082, atendiam os critérios para serem considerados Centros de Gestão Territorial, considerando que somente seriam classificados os centros que dispunham de pelo menos duas classificações (Gestão Federal e Empresarial) ou se tivessem apenas uma, que tivessem ao menos dois eixos de análise dos equipamentos e serviços, obtendo um total de 711 centros de gestão de território.

Definidos os Centros de Gestão Territorial, foram definidas as ligações entre os centros de gestão através da relação de subordinação administrativa nos órgãos federais e nos órgãos judiciários, e a despeito da gestão empresarial, foram somados o número de filiais instaladas em um determinado centro, sendo assim ordenados os valores em matrizes. Já em relação aos 4.625 municípios que não foram classificados como centro de gestão territorial, foi necessário a aplicação de questionários de informação a respeito da demanda, no que consiste as principais ligações de transportes coletivos, atentando as localidades que se dirigem para os centros de gestão mais importantes; e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços específicos.

Ao final das etapas anteriores (definição dos centros de gestão de território e definição da área de influência), foi definido o conjunto de centros urbanos, as 802 cidades que tem outras cidades em sua área de influência.

Foi definido então a hierarquia dos centros urbanos da seguinte forma: 1) Grande Metrópole Nacional (São Paulo); 2) Metrópole Nacional (Rio de Janeiro e Brasília); 3) Metrópole (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre); 4) Capital Regional A (constituída por 11 cidades); 5) Capital Regional B (constituída por 20 cidades); 6) Capital Regional C (constituída por 39 cidades); 7) Centro Sub-Regional A (constituída por 85 cidades); 8) Centro Sub-Regional B (constituída por 79 cidades); 9) Centro de Zona A (constituída por 192



cidades); 10) Centro de Zona B (constituída por 364 cidades); 11) Centro Local (constituída pelas demais 4.473 cidades). Para tomarmos uma noção da nova hierarquia elaborada e a quantidade de municípios englobados neste novo estudo vejamos a figura 3, retirada do Projeto REGIC 2007, em que nos mostra a tabela da dimensão das redes do primeiro nível hierárquico.

Redes de primeiro nível	Dimensão					
	Número de capitais regionais	Número de centros sub-regionais	Número de centros de zona	Número de municípios	População (2007)	Área (km ²)
São Paulo	20	33	124	1 028	51 020 582	2 279 108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20 750 595	137 811,66
Brasília	4	10	44	298	9 680 621	1 760 733,86
Manaus	1	2	4	72	3 480 028	1 617 427,98
Belém	3	11	10	161	7 686 082	1 389 659,23
Fortaleza	7	21	86	786	20 573 035	792 410,65
Recife	8	18	54	666	18 875 595	306 881,59
Salvador	6	16	41	486	16 335 288	589 229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16 745 821	483 729,84
Curitiba	9	28	67	666	16 178 968	295 024,25
Porto Alegre	10	24	89	733	15 302 496	349 316,91
Goiânia	2	6	45	363	6 408 542	835 783,14

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: mar. 2008.

Figura 3 - Dimensão das redes do primeiro nível hierárquico em 2007

A respeito do município de Maringá, o Projeto REGIC 2007 traz uma série de mudanças que acabaram surgindo, devido ao fato de ter sido usada uma nova metodologia, diferente das metodologias anteriores, onde se buscou observar as principais agências que fomentam o papel administrativo, que influem diretamente no cotidiano da população.

Esta nova metodologia trouxe para Maringá uma nova hierarquia de centro, devido ao fato de Maringá possuir uma gama de serviços, que neste estudo atual, são levados em conta como funções centrais, e não apenas como ocorrido em 1993 quando existiam apenas 46 formas de funções centrais.

Assim o município de Maringá, consegue atingir nesta nova metodologia um novo patamar na hierarquia urbana, sendo considerado Capital Regional B, com características de população mediana de 435 mil habitantes e cerca de 406 relacionamentos, constituindo umas das 30 cidades do Brasil com tamanha importância.



Outro fator importante no que diz respeito à área de influência de Maringá neste novo estudo é a configuração de uma rede de relacionamentos extra-estadual, tendo grande significância a sua relação com São Paulo (Grande Metrópole Nacional) e com Brasília (Metrópole Nacional), além de um aumento significativo de suas relações com seus subordinados. Assim temos relacionamentos com municípios localizados no Estado do Paraná, São Paulo, Santa Catarina.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando as quatro décadas de estudo, as diferenças de metodologias, e a diferença no tratamento dos dados coletados, o estudo de 2007 apresenta um quadro de certa estabilidade “principalmente no que se refere aos níveis hierárquicos mais altos, que, de modo geral, mantêm-se os mesmos” (REGIC, 2007, p. 17) sendo que nos níveis hierárquicos mais baixos, houve uma grande mudança na escala, pelo fato do avanço no processo de ocupação desses locais.

Desde o estudo aplicado em 1966, e de certa forma de 1993 até os dias atuais, vemos claramente as áreas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste emergem no nível hierárquico, havendo uma distribuição maior da polarização, enquanto áreas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se mantêm, sendo que algumas cidades deixam de exercer grande centralidade, possivelmente devido as mudanças na rede de comunicação e transportes, que facilitaram a distribuição maior das chamadas “gestado do território”.

Com relação à mudança na hierarquia da rede urbana brasileira, vemos a comprovação da pouca mudança ocorrida no primeiro escalão da rede urbana brasileira, com exceção de que de 1993 até os dias atuais, o Projeto REGIC identifica a ascensão de mais três cidades que acabam por serem consideradas metrópoles, são elas: Belém, Manaus e Goiânia. Assim, Brasília antes subordinada a Goiânia, emerge como cabeça de rede, devido ao seu papel político-administrativo no que se refere à tomada de decisões que acabam por influenciar a dinâmica territorial do país. Outro fator importante é a ascensão de Manaus ao primeiro escalão da hierarquia urbana, antes subordinada a Belém, a cidade passa a ter sua própria região de influência, devido



principalmente à criação da Zona Franca de Manaus formando uma gama de dados que pudessem elevar o nível da cidade no papel da gestão do território.

Ainda em relação à mudança da hierarquia, vemos que na escala de Centro Regional (logo abaixo da escala de Metrópole) alguns centros emergem, principalmente os que estão no Norte e Nordeste do país, como é o caso de Porto Velho (RO) no Norte e Barreiras (BA) no Nordeste. Contudo algumas cidades sofrem o inverso do processo. Cidades que estavam no segundo nível de classificação em 1993, como é o caso de Floriano (PI), caem na hierarquia para o segundo nível. Isto também se deve ao fato da diferença metodológica utilizada, sendo a de metodologia empregada em 2007, mais ampla no que consiste ao número de variáveis aplicadas para a sistematização da rede urbana brasileira. Para se ter uma ideia da flutuação que ocorreu nos níveis de hierarquia durante essas quatro décadas de projeto, vemos que:

Dos 556 centros de nível quatro em 2007, 238 centros também estavam no nível quatro em 1966, e 254 não eram classificados como centros. Em relação a 1966, dos 507 centros de nível quatro, 218 não se mantêm como centro, em 2007 (REGIC, 2007, p 17).

Com relação ao alcance espacial das redes urbanas brasileiras, vemos um processo, já sinalizado desde 1978, quanto ao maior adensamento de cidades que antes nem se quer estavam incluídas no projeto. Outro fator que se observa, é o maior papel das capitais estaduais no contexto de seus territórios, cujas decisões passam a interferir, direta ou indiretamente no processo de fluxo e polarização dos seus respectivos Estados. Além disso, ocorre um fracionamento das regiões maiores de influência, isto não se deve ao fato apenas de se somarem novas variáveis nos estudos mais recentes, mais ao surgimento de centros de níveis intermediários que provoca esta subdivisão de áreas de influência no período compreendido até o ano de 2007. Esse fracionamento das diversas áreas de influência ocorre principalmente no Norte e Centro-Oeste, principalmente com o surgimento de cidades intermediárias como Sinop (MT) e a maior influência de Manaus (AM). Vemos o exemplo de Estado de Tocantins, que com sua criação, acaba alterando a rede do influência de Goiânia.



Vemos claramente as grandes mudanças ocorridas nos estudos do Projeto REGIC durante essas quatro décadas de trabalho, e principalmente as mudanças ocorridas desde o REGIC de 1993, sendo que o estudo de 2007:

Observou-se a rede urbana em suas dinâmicas distintas – a de uma sistema de localidades centrais que comanda sua hinterlândia e a de um sistema de cidades articuladas em rede (CORRÊA, 1996; CAMGNI; SALONE, 1993; OFFNER, 2000).

Ao analisarmos, portanto, a rede de influência de Maringá, foi possível ver que pouca mudança ocorreu em relação ao alcance espacial de sua rede. Contudo houve sim uma modificação, dado o fato da nova metodologia repensada trazer uma série de novas variáveis que procuravam entender a nova configuração da rede urbana.

Neste novo estudo ainda foi possível ver que a elaboração da hierarquia, passou por uma série de análises, fazendo com que a cidade de certa forma caísse no conceito hierárquico, contudo se analisarmos melhor veremos que o papel da cidade aumentou em relação à polarização que o mesmo realiza em sua região.

Observamos nos diagramas criados pelo projeto, que Maringá tinha conotação de Centro Submetropolitano, isso em 1993, pelo fato de abranger grandes áreas a oeste do Estado do Paraná. Contudo, sua escala hierárquica é de certa forma rebaixada no ano de 2007, mas não pelo fato de que o município tenha perdido centralidade, mas pelo fato de ter sido elaborada uma nova forma de se analisar os níveis hierárquicos, passando de 8 níveis para 9 níveis.

Houve, portanto um aumento no número de relacionamentos produzidos pela rede urbana de Maringá, observado no grau hierárquico. Contudo ao analisar os diagramas de relacionamentos elaborados pelo projeto, veremos que esse aumento no número de relacionamentos, se deve também ao aumento do alcance espacial da rede do município, transcendendo os Estado do Paraná, mantendo relações com cidade de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e até Brasília.

Vemos então na figura 4 a área de atuação de Maringá no ano de 1993. Esse mapa, elaborado pelo Projeto REGIC de 1993, mostra a intensidade e a relação que as cidades mantêm com as demais cidades em sua volta, e até onde vai o alcance desses relacionamentos. Podemos observar que a relação de Maringá com essas áreas não

ultrapassa a escala do Estado do Paraná, provavelmente isso se deve ao fato de terem sido feitas as análises a partir dos municípios de baixa escala, não tendo sido identificados os grandes centros previamente, como foi feita na elaboração do estudo de 2007, onde foram identificados os locais de gestão de território previamente. Vemos também que os relacionamentos identificados no Estado do Paraná, são apenas em sua região metropolitana e demais agregados a oeste, e também um relacionamento forte com a cidade de Curitiba.

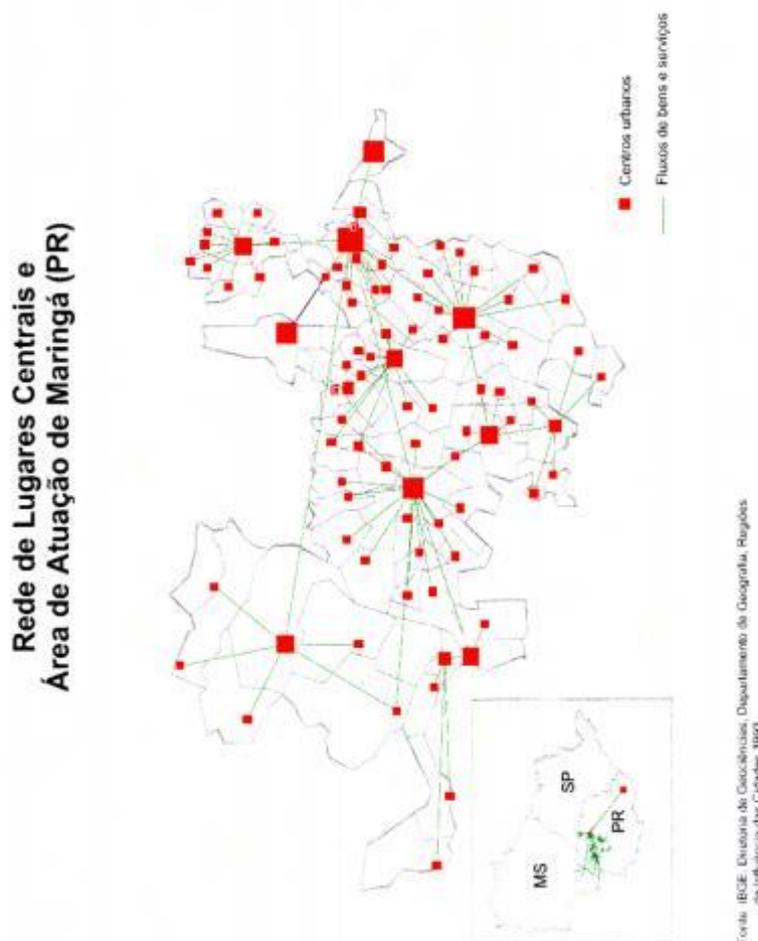


Figura 4 - Área de atuação do município de Maringá - PR no ano de 1993

Fonte: REGIC 1993

A respeito das mudanças nas interações a partir do ano de 1993, vemos que no ano de 2007, Maringá obtém uma escala de interação muito maior que no ano de 1993,

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

observando um alcance espacial muito maior que no último estudo. Isto também se deve ao fato de ter sido repensado a metodologia do trabalho, uma vez que uma série de novas variáveis foram incorporadas para a análise a área de atuação dos municípios, tendo como base a identificação dos vários lugares de gestão de território. Assim temos na figura 14, a nova configuração do alcance espacial da região de influência de Maringá.

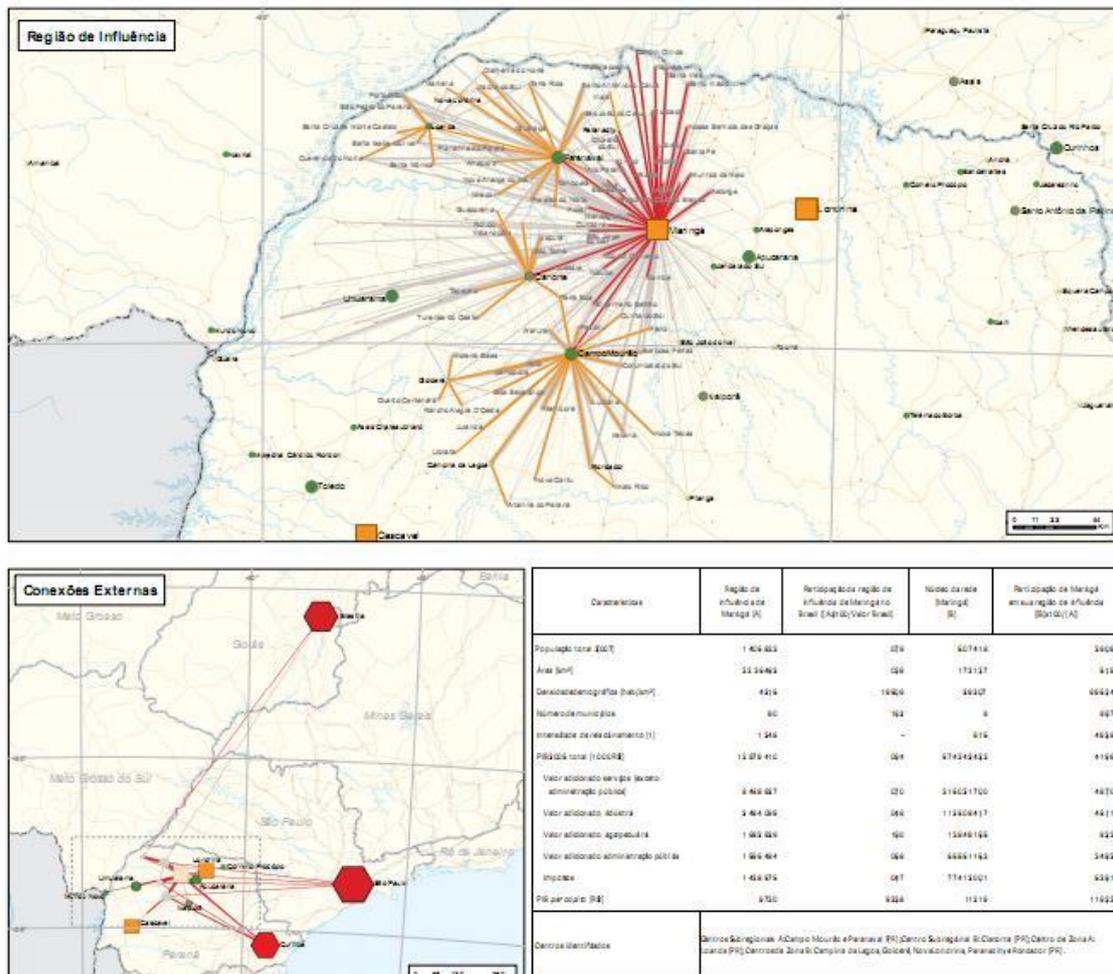


Figura 5 - Área de atuação do município de Maringá - PR no ano de 2007

Fonte: REGIC, 2007

No que tange a hierarquização, vimos que por mais que o município de Maringá tenha sido “rebaixado”, vemos que sua atuação continua sendo uma atuação característica de uma região metropolitana. Assim, enquanto em 1993 Maringá



caracterizada como centro submetropolitano, na nova configuração ela é considerada uma capital regional em segundo nível, caracterizada pela nova abordagem da teoria dos lugares centrais

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir neste momento que as novas metodologias aplicadas durante as quatro décadas de projeto vem evoluindo, trazendo a cada edição uma nova configuração das redes urbanas e se aproximando cada vez mais da realidade, sendo possíveis vários estudos pertinentes à polarização e centralidade de serviços que influenciam direta ou indiretamente o cotidiano das cidades, pessoas e principalmente a interferência política que acarreta muitas vezes na má distribuição de equipamentos e serviços. Assim, vemos também que a região de influência do município de Maringá no que consiste ao alcance, teve um aumento considerável, sendo possível em 2007 observar sua troca de bens e serviços com a capital do Estado do Paraná, além de um alcance em direção ao Estado do Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo. Quanto a qualidade dessas ligações vemos que Maringá pouco se modificou, contudo com a nova forma de se aplicar o estudo foi possível observar que produtos de alta complexidade passaram a ser procurados no município o que acarretou uma melhoria na quantidade dessas ligações, através de pessoas que buscam o município para sanarem sua busca por bens e serviços de maior qualidade.

6. REFERENCIAS

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966, 230 p. (traduzido do alemão por C. W. Baskin)

CORREÂ, R. L., A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *In Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 50 (1): 61-83, jan./mar. 1988.

CORRÊA, R.L. – *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 2006.

CORREÂ, R. L. Interações Espaciais. *In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) Exploração Geográfica*. Rio de Janeiro, Brasil, 1997.



CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, 8, 2000, p. 121-129.

CORRÊA, R.L. – *Repensando a Teoria das Localidades Centrais*. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil 1997 (1982).

IBGE. *Regiões de Influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro

IBGE. *Regiões de Influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro

MOURA, R. Dinâmicas territoriais recentes: rupturas ou manutenção de tendências. *Caderno Metrôpoles.*, São Paulo, v. 12, n 24, pp. 476-489, jul/dez 2010.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, 345 p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In *Antipode*, Rio de Janeiro, nº 1, vol. 9, jan/fev de 1977